



EDUCAÇÃO, RELIGIÃO E LAICIDADE: UMA ANÁLISE DAS PAUTAS RELIGIOSAS NO COTIDIANO ESCOLAR¹

Marcio de Oliveira Ramos

Sylvia Pillar Oliveira de Tassis Frasson²

Resumo

Há anos, tivemos como cenário um crescimento da direita no Brasil apoiado pelas religiões evangélicas, como as neopentecostais. A escola é indispensável, mas interesses corporativistas se sobrepõem a isso, através do proselitismo, que discrimina pluralidade religiosa. O governo Bolsonaro houve conflitos, enfatizando a religião nas políticas. Tentando fortalecer as igrejas evangélicas neopentecostais, se dá a perseguição as religiões de matrizes africanas. Na escola acontece uma imposição das religiões evangélicas, a escola é lugar de diversidade.

Palavras-chave: Evangélicos; educação; proselitismo.

EDUCACIÓN, RELIGIÓN Y LAICIDAD: UN ANÁLISIS DE LA AGENDA RELIGIOSA EN LA DÍA ESCOLAR COTIDIANA.

Resumen

Durante años, hemos sido testigos del crecimiento de la derecha en Brasil apoyada por religiones evangélicas, como los neopentecostales. La escuela es esencial, pero los intereses corporativistas prevalecen a través del proselitismo, que discrimina la pluralidad religiosa. Hubo conflictos durante el gobierno de Bolsonaro, enfatizando la religión en las políticas. En un intento por fortalecer las iglesias evangélicas neopentecostales, se persiguen las religiones de origen africano. En la escuela hay una imposición de las religiones evangélicas, la escuela es un lugar de diversidad.

Palabras clave: Evangélicos; educación; proselitismo.

EDUCATION, RELIGION AND SECULARITY: AN ANALYSIS OF RELIGIOUS AGENDA IN EVERYDAY SCHOOL DAY.

Abstract

A few years ago, we observed the growth of the right in Brazil supported by evangelical religions, such as neo-Pentecostals. School is essential, but corporatist interests prevail, through proselytism, which discriminates against religious plurality. There were conflicts during the Bolsonaro government, highlighting religion in policies. In an attempt to strengthen neo-Pentecostal evangelical churches, African-based religions are being persecuted. At school there is an imposition of evangelical religions, the school is a place of diversity.

Keywords: Evangelicals; education; proselytism.

¹ Artigo recebido em 20/11/2024. Avaliação em 21/11/2024. Aprovado em 18/01/2025. Publicado em 25/02/2025.

² E-mail: sylviapillarfrasson@gmail.com

Introdução

Nos últimos 20 anos, a educação foi marcada pelo viés da tentativa religiosa de influenciar os alunos com o discurso proselitista que se colocou a contrariar o princípio da laicidade no Brasil, garantido pela constituição: “O Brasil consolidou a liberdade e o direito de crença, ou seja, de ser um Estado laico na Constituição de 1988. Alguns artigos garantem a laicidade, como o art. 18 e o inciso VI, do artigo 5º, que fala sobre a inviolabilidade da consciência de crença” (Brasil, 2014). Por conseguinte, isso abala o Estado democrático de direito que atua para uma sociedade plural e multicultural. Como agravante, gera segregação, preconceito e discriminação com relação a orientação sexual dos estudantes, em vista dos preceitos pregados pelo cristianismo e manuseada pela direita no Brasil. De forma a se destacar, o neopentecostalismo tem atuado de maneira vultuosa, e até capital, no trabalho de convencimento na conversão de jovens e famílias, tendo como instrumento condutor a educação pública. Conforme o trecho demonstra: “Os discursos religiosos neopentecostais têm a pretensão de delimitar um universo de segurança, sentido e previsibilidade à vida que provoca o sujeito em seu desejo de inteireza e autonomia” (Paravidini e Gonçalves, 2009, p. 1180).

O preâmbulo, acima descrito de forma sumária, deixa claro que o objetivo do presente trabalho é desenvolver uma análise do discurso proselitista, nas escolas públicas, tal como, suas resultâncias e consequências a liberdade e pluralidade dos jovens estudantes, censurando e, provavelmente, cerceando seu direito e liberdade de escolha, no que diz respeito a crenças religiosas, ou mesmo, o ateísmo e agnosticismo. O referencial metodológico será uma revisão bibliográfica de artigos publicados nos últimos 20 anos e livros pertinentes ao assunto. Primeiramente, será realizada uma revisão sobre a influência da religião na educação, destacando a questão do preconceito e discriminação, no que diz respeito à orientação sexual e a identidade de gênero. Sabendo-se que a diversidade no sentido mais lato, seja religiosa, cultural, sexual ou étnica, passa por distorções, que levam manifestações de repelência e marginalização que, provavelmente, são frutos da falta de informações coerentes, assim como por uma rejeição ao tido como “normal” e do aceitável (Melo e Sobreira, 2018). Em segundo realizaremos reflexões sobre a religião e a política no Brasil, destacando o período em que tivemos Jair Bolsonaro no governo, em seu único mandato (2018 a 2022) mandato marcado pela pretensa ideologia de gênero, que se remete ao discurso católico estadunidense (Miguel, 2021).

Finalmente, terá uma análise para os dias atuais no tocante ao discurso proselitista nas escolas brasileiras, mormente nas escolas públicas. Bem como, o aumento expressivo de jovens estudantes, que de forma quase coerciva, aderem a religiões, onde os preceitos são separatistas e excludentes. Nas considerações finais, destacaremos os interesses e seus impactos desse discurso nas escolas e o quão importante ele é para direita brasileira e seu estabelecimento definitivo no poder.

Ao longo deste trabalho, serão apresentados o sentido antidemocrático do discurso proselitista e suas interseccionalidade e o quão pode ser pernicioso para educação e sociedade como sequela. A citação que segue abaixo, descreve com maior riqueza de detalhes, a importância das intersecções que afetam os minorizados na sociedade:

O pensamento interseccional tem se revelado um espaço fecundo para reflexão sobre temas caros à sociedade, especialmente a segmentos subalternos como mulheres, homossexuais, imigrantes, trabalhadores e trabalhadores, pois nos permite observar como diferentes fontes estruturais produzem diferem e desigualdades, assim como a maneira como interagem em distintos contextos e são incorporadas cotidianamente pelos sujeitos de acordo com as suas posições sociais e experiências peculiares (Barros 2022, p. 14).

Isso posto, pode-se entender melhor a importância do entrelaçamento de questões que permeiam o proselitismo na escola, assim como, na educação pública, principalmente.

Educação, religião e diversidade cultural

Podemos afirmar, que a cultura como fator determinante para o comportamento humano, incluindo a linguagem, que contem a concepção de mundo, levando-se em consideração, suas relações em determinado meio social. O filósofo italiano Antonio Gramsci enfatiza a questão da cultura de maneira que possamos entender a expressão do povo, e em sequência, provavelmente, suas necessidades inclusive a associadas à educação, desta forma ele se expressa, “se é verdade que toda linguagem contem os elementos de uma concepção do mundo e de uma cultura, será igualmente verdade que, a partir da linguagem de cada um, é possível julgar a maior ou menor complexidade da sua concepção do mundo” (Gramsci, 1999, p. 95). Em outros termos, a cultura abarca uma série de hábitos e costumes dentre eles a questão da crença e da religião, que permeiam a relação de ética traçando sua identidade, delimitando e acatando as diferenças dos indivíduos. No entanto, as bases que traçam as linhas delimitantes dos hábitos, e assim, da cultura, que estão contidas na historicidade de uma determinada sociedade, muitas das vezes são subjugados, em detrimentos aos interesses

corporativistas, obliterando as necessidades da maioria. A educação, aqui representada pela escola, que teve sua concepção inicialmente para atender alguns e não todos, paulatinamente foi requisitada por aqueles que não faziam parte do grupo seletivo, fruto da sua essência (Louro 2018).

Em outras palavras, a escola nos seus primórdios, que herdamos na sociedade ocidental moderna, fragmentou em crianças e adultos, católicos e protestantes, assim como, dividiu em ricos e pobres, meninos e meninas, deixando claro, a estratificação e a ênfase dos privilegiados (Louro, 2018). A princípio o que parecia de cunho organizacional do ambiente escolar vem se destacando como discriminação e segregação, colocando em evidência o pano de fundo de interesse principal, a fragmentação da sociedade, apartando aqueles que não fazem parte do nicho elitista. No entanto, a evolução das discussões do acesso a educação nos vários setores da sociedade, levou a valorização e garantias legais:

Daí, vem a importância de valorizar a educação como um meio privilegiado na vivência dos direitos humanos, promovendo aprendizagens e a garantia desses. A escola, espaço de convivência com a diversidade, é um espaço privilegiado para a discussão de questões referentes aos direitos humanos, devendo assumir o compromisso de educar o olhar dos estudantes quanto a seus direitos legais. (Gomes, 2020, p. 02)

Na esfera dos direitos humanos, apesar de estar amparado pela lei, existe o descumprimento ou o cumprimento na íntegra, pelos próprios gestores públicos. Podemos destacar que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, foi criada “de cima para baixo”, muito comum na diplomacia, em todo mundo (Claude, 2008). Sendo assim, os interessados, ou seja, a grande população mundial, apenas usufrui quando realmente lhe é conferido. Uma grande questão nos direitos sociais, dentro do âmbito da educação é sua igualdade e as ações pedagógicas, que de certa forma podem ou tentam resolver as questões de raça, gênero e religião. No caso deste trabalho, trataremos a religião como grande repressora das questões plurais da educação, discutindo sobre a escola em suas relações conflituosas com as religiões evangélicas, principalmente as neopentecostais.

Fundamentalismo religioso no governo Jair Bolsonaro: A educação plural na mira da direita.

A interseccionalidade entre setores da sociedade, como política, cultura e religião, no governo Bolsonaro, provocou uma série de modificações expressivas que abalou a estrutura do Ministério da cultura, por consequência, aproximou grupos evangélicos com ações que delinearam impactos diretamente as políticas públicas de direitos humanos e a liberdade cultural. Em outros termos, grupos que já se encontravam minorizados passam por uma maior

segregação e discriminação, que se manifestam desde as suas comunidades, nos seu dia-dia e se estende até o cotidiano escolar. O fruto desse advento reflete na eliminação de direitos e aumento da violência. Em outras palavras:

[...]A insanidade também engloba o fundamentalismo religioso, que submete a esfera pública ao mundo privado da religião e a ciência, à crença. A crise da democracia liberal, portanto, tem sua raiz fundamental na forma como o capital enfrenta a sua crise estrutural, eliminando direitos, retomando políticas de expropriação e contendo a pobreza e o desespero que ela produz, pela violência. (FRIGOTTO, 2020, p. 02)

Corroborando com o autor acima, a intolerância religiosa, que afeta, principalmente, as religiões de matriz africana, tomam uma proporção, quase incontável e violenta, também chegando ao ambiente escolar no seu cotidiano. De forma concomitante e intencional, os alunos sofrem por preconceitos e discriminações, em função das suas orientações sexuais, agora mais “asfíxiados”, tendem a uma concordância, no aspecto da crença, que contraria seus princípios culturais e de direitos, cedendo, muitas das vezes por uma falsa forma de inclusão. A Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDBEN), também citado por Sepúlveda e Couto, destaca que:

[...] o ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. (Sepúlveda e Couto, 2022,p.36).

Contudo, o discurso proselitista teve um crescimento sobremaneira no período de governo Jair Bolsonaro (2018 – 2022), baseado nos preceitos católicos e de maneira extremista e fundamentalista por meio dos neopentecostais. O próprio Bolsonaro foi batizado, anteriormente, pelo pastor Evangélico Everaldo no Rio Jordão em Israel, entre 2011 a 2014, no primeiro mandato de Dilma Rousseff. A partir daí, os eixos da moralidade sexual passam a ser de grande importância na sua campanha, por meio de parlamentares que o apoiaram (Lacerda, 2019). Contudo, o que mais foi direcionado as escolas, já em campanha, no ano de 2018 foi o “Kit Gay”, uma expressão para denominar a cartilha “Escola sem Homofobia”, o que mexe com a opinião pública, abalando o ambiente escolar. À vista disso, a crença religiosa foi instrumento de repressão utilizado pelo então governo federal, cerceando a liberdade de expressão e coibindo e perseguido cultos de matrizes africanas, estendendo então, seu escopo segregador para a questão do racismo religioso. De acordo com Bonine (2022), a ideia de racismo religioso, além de pernicioso por si só, também rememora e tenta

perpetuar, a ideia de colonialismo com sua sociedade escravocrata, que mantém o racismo estrutural e ataca tudo que vem das negras e dos negros. De forma ríspida e desrespeitosa a cultura brasileira e a arte nacional, o próprio Jair Bolsonaro atuou no ataque:

[...] logo que assumiu a presidência, Jair Bolsonaro e Michelle Bolsonaro mandaram retirar a obra Orixás, da artista plástica Djanira, do Palácio do Planalto. A obra não ocupa o Palácio aleatoriamente; é uma representação de performance de brasilidade cultural, social e política. A intenção de relembrar cotidianamente a presidência que a administração também precisa estar atenta às comunidades subalternas se revelou, na gestão Bolsonaro, um ataque às religiões de matriz africana. (Bonine, 2022, p. 02)

Frequentemente, no interior das igrejas neopentecostais, acontecem sessões de exorcismos, que são também denominadas de descarrego, como por exemplo, denomina a Igreja Universal do reino de Deus (IURD), onde entidades são chamadas para incorporar e depois expulsas e desqualificadas, como uma forma de libertação espiritual do fiel, essas “ritualísticas” tem por muitas vezes transmissão pela rede Record e por outras emissoras que tem horários comprados pela igrejas neopentecostais (Silva, 2005). Essas sessões de “descarrego” citam nomes de entidades das religiões afro-brasileiras, principalmente da Umbanda, como o intuito de desqualificá-las, chamando-as de demônios, como se houvesse essa terminologia nas religiões de matrizes africanas. Na realidade, uso dos princípios diabólicos e do mal não são utilizados, somente agora, mas sim desde os tempos remotos, na idade média as possessões demoníacas, já eram usadas por inclinações políticos e ideológicos, provenientes de interesses cristãos na sua expansão e domínio:

[...] na França especificamente, mas também em grande parte da Europa, o processo de perseguição às bruxas e à feitiçaria teve duas fases características. Na primeira, que teve seu auge nos séculos XV e XVI, as perseguições ocorriam mais em zonas rurais, onde o cristianismo não era muito forte e ainda existiam resquícios de cultos e práticas de religiosidades pagãs antigas e locais. Nesse caso, as bruxas eram principalmente as más cristãs, as mulheres – comumente idosas – que guardavam o conhecimento prático para sobreviver à dura vida no campo, exercendo as técnicas de cura e os métodos de parto. A principal acusação feita contra elas era a de pacto com o Diabo. (Souza, Abumanssur e Leite Junior, 2019, p. 390)

Conforme descrito acima, nos dias atuais, assim como há 500 anos, o demônio passa a ser uma figura teológica e política cada vez mais importante, dado que, também agora, ainda tem o apoio da mídia e em seu mandato o apoio de Jair Bolsonaro, portanto, não se trata apenas de uma questão religiosa, mas do enraizamento de uma ideologia de direita, galgada no fundamentalismo religioso cristão neopentecostal. Com o crescimento do

neopentecostalismo, existe um avanço crescente, também, do proselitismo, que deixa evidente uma visão elitista e conservadora, segregadora da diversidade sexual. Ainda, oriunda do legado de Jair Bolsonaro e mantida por aqueles que comungam o ideário de direita por ele pregado. A realidade é que, enquanto não se ajusta uma medida que possa coibir o discurso religioso sexista e opressor, a educação brasileira não atingirá seu tão destacado escopo, que é a formação cidadã, independente de raça, crença religiosa, orientação sexual e gênero (Pabis e Martins, 2014). Em outros termos, com base nas últimas evidências científicas, a orientação técnica internacional sobre educação em sexualidade reafirma a importância da educação em um contexto de direitos humanos e equidade de gênero (UNESCO, 2010). Contudo, os direitos sociais, que são direitos fundamentais garantidos pelo Estado, não são devidamente resguardados, em função das relações que mantém com as igrejas evangélicas.

As relações entre as igrejas evangélicas e a direita, que evidenciou no governo Jair Bolsonaro, são extremamente complexas com interesses vários, como por exemplo, as políticas de saúde no período da pandemia sofrendo interferências de lideranças religiosas. Todavia, não existe uma uniformidade entre as comunidades evangélicas e o governo em questão, havendo uma discordância de alguns grupos. Apesar do posicionamento da Organização Mundial de Saúde (OMS), apoiando o isolamento social, sua base parlamentar se colocou contra, defendendo o retorno as atividades econômicas, amparado por setores religiosos, contrariou governadores e prefeitos, assim como, demitindo dois ministros da saúde, em um único mês (Py, Shiota e Possmozer, 2020). Na verdade, existia, também, outra face na volta às atividades de trabalho:

[...] determina que a solução para a pandemia está, predominantemente, nas mãos de Deus, como o único que pode livrar a humanidade deste mal. E isso só será feito se as igrejas se unirem em clamor, por meio de muito jejum e oração. A preocupação notória era que esse fenômeno ameaçava o funcionamento dos templos. (Py, Shiota e Possmozer, 2020, p. 388)

Em função de uma economia neoliberal e da minimização do Estado ou, em outras palavras, pela teocratização dele, milhares de vidas foram perdidas, em nome de uma ideologia religiosa evangélica, estruturada por um regime de direita, com características fascistas (Cavalcanti, 2021). Como aconteceu no tratado de Latrão, assinado por Benito Mussolini e a Santa Sé concedendo benefícios a Igreja Católica, mas não incluindo as necessidades do povo italiano da época³. No âmbito da política mundial, foram utilizadas como ferramentas na busca incessantes pelo poder, isso significa que “por etnias e religiões

³ Primeira três décadas do século XX.

fazem-se guerras, como tem demonstrado a História Mundial em todos os tempos. Por isso, tratar da discriminação religiosa e étnica é tratar da possibilidade da Paz” (Fischmann, 2023, p. 102).

De forma a repetir a história, no Brasil, o período Bolsonaro, que teve características que nos remeteram ao fascismo de Mussolini, como a utilização das escolas, e, por conseguinte, a educação, nos seus diferentes níveis a serviço do fascismo, interferindo nos movimentos de professores, assim como na militarização das escolas, ainda, com criação de leis racistas e medidas, que muito se assemelham com o período do governo bolsonarista no Brasil, assim descrito:

[...] a educação na Itália no período 1922-1945, identificando os mecanismos postos em prática pelo regime fascista para colocar a escola a seu serviço. Partindo da Reforma Gentile⁴, estuda o processo de fascistização da escola em seus diferentes níveis. Esse processo, que se inicia com a fascistização das associações de professores, acentua-se a partir de 1935, com a militarização da escola e a implantação das leis racistas no sistema de ensino, em 1938, e alcança seu auge com a identificação entre escola e partido na Carta della Scuola⁵, em 1939. (Horta, 2009, p. 59)

Esse amalgama de religião e educação, com semelhanças acentuadas, entre o governo Jair Bolsonaro e o Fascismo de Mussoline, provavelmente, se diferem somente no segmento religioso, no entanto, mantendo a mesma essência, tendo como caso análogo, o objetivo de estender até os moradores da periferia, aquilo que as políticas públicas deixam em déficit. Em outros termos, é uma lacuna deixada de maneira acintosa para ocupação do espaço do discurso proselitista, atribuindo a dedicação a Deus, chegando de forma involucrado as escolas, tendo como via dessas idéias, os frequentadores dos cultos evangélicos. O Capitalismo, forro de todos os movimentos até aqui citados promovem, por meio desses templos evangélicos, espaços os amparo emocional e espiritual para o sucesso de quem os seguem.

Educação Pública, proselitismo, preconceito e cerceamento dos direitos cidadãos

A interação entre religião e educação no Brasil é marcada por desafios históricos que surgem no período colonial e continuam nos dias atuais. Embora o Brasil seja um território, constitucionalmente, laico, explícito no artigo 19 da Constituição Federal de 1988, que impede o Estado de manter ligações com cultos religiosos (Brasil, 1988), as práticas

⁴ Filósofo idealista Giovanni Gentile, primeiro Ministro da Educação do regime fascista.

⁵ Reforma geral do sistema escolar, realizada pelo ministro, fascista, da educação nacional, Giuseppe Bottai.

educacionais, em escolas públicas, ainda se deparam com desafios relativos ao proselitismo, provocando conflitos com os princípios laicos que orientam o sistema educacional. Por isso, é indispensável que as escolas promovam um ambiente que garanta o respeito à diversidade religiosa e que defenda a laicidade do Estado (Sepúlveda & Sepúlveda, 2017).

O ensino religioso nas escolas públicas brasileiras, apesar de facultativo, é validado pela LDB e pela BNCC, levando em conta a pluralidade religiosa e cultural do país (Brasil, 1996; Brasil, 2018). Entretanto, essa flexibilidade traz anseios, pois diferentes pessoas afirmam que a permissão pode favorecer o proselitismo em um espaço que deveria refletir a liberdade de crença e a valorização da diversidade, sem privilégios a determinado grupo. Sepúlveda & Sepúlveda (2017) destacam que a promoção da laicidade é fundamental na garantia da liberdade religiosa de todos, ponto este fundamental, no discurso referente à educação religiosa.

Embora a laicidade no Brasil seja prevista constitucionalmente, ela é cotidianamente confrontada nas escolas públicas (Mendonça, Sepúlveda, Sepúlveda, 2022). Educadores e gestores escolares frequentemente não diferem entre proselitismo, liberdade religiosa e laicidade, o que resulta em infrações frente ao princípio de respeito à pluralidade. Assim, a escola se torna um território de confrontos entre a laicidade legal e a pluralidade religiosa das pessoas que a ocupam (Cunha, 2016).

O proselitismo na escola pode ser entendido como uma tentativa de promoção ou imposição de determinada crença sobre os estudantes, o que contraria o princípio de respeito frente às diversidades religiosas. Contudo, o ensino religioso nas escolas públicas é permitido na legislação brasileira, desde que seja de caráter não confessional, este deve contemplar diversas religiões e respeitar a laicidade (Brasil, 1996). Desse modo, a permissão para o ensino religioso e a importância de preservar a ética profissional é um paradoxo e tem se apresentado como um dos grandes desafios existentes na vida de gestores e educadores escolares.

No âmbito escolar, a liberdade de orientação sexual e identidade de gênero devem ser consideradas. A Declaração Universal dos Direitos Humanos destaca o direito de todo indivíduo à dignidade e igualdade, entretanto, em muitos contextos, encontra-se nas instituições escolares práticas que perpetuam estereótipos e discriminação contra aqueles que não integram aos padrões heteronormativos (Louro, 2004).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira Nacional (LDB) fundamenta o compromisso da educação na formação integral do indivíduo. Desse modo, é fundamental

problematizar questões de gênero e sexualidade, propondo uma educação que contemple as diversidades existentes, tornando-a mais inclusiva (Louro, 2004). Nesse sentido, incluir debates sobre sexualidade pelo viés do respeito e esclarecimento é fundamental para evitar a perpetuação de preconceitos, visto que uma imposição, a partir do prisma moral e religioso pode configurar-se como proselitismo, sendo uma afronta o princípio de laicidade do Estado, assegurada pela Constituição (Bento, 2016). As escolas com diferentes contextos socioeconômicos repercutem diferentes visões e desempenhos, o proselitismo pode influenciar o ambiente escolar e também a troca entre educadores e educandos, sobretudo quando tange “minorizados” religiosos ou estudantes que se declararam não religiosos (Patto, 2015; Silva, 2022). Nesse sentido, “[...] dada a obrigatoriedade da oferta nas escolas públicas e o caráter facultativo de sua frequência para o conjunto dos estudantes, importa refletir um pouco sobre aspectos da religiosidade que podem ser úteis em favor da tese da importância da religião” (Cury, 2004, p. 187). Ao passo que, “[...] a escola pública reconheça a identidade das minorias presentes nela poderá contribuir para que esses grupos sociais não precisem mais se esconder, como vem acontecendo ao longo da história” (Gonçalves, 2019).

Butler (2004) afirma que a repressão ocorre quando as normas sociais e culturais, comumente fundamentada em princípios religiosos, são utilizadas para controlar e marginalizar identidades não normativas, onde a imposição de valores morais rígidos colabora à manutenção de estruturas de poder opressivas. Assim, tentar impor uma visão única de compreensão de mundo dentro do ambiente escolar contraria o papel da escola como promotora de um pensamento crítico e plural, como definido por Freire (1996). Compreende-se que a escola desempenha um papel importante na construção de corpos e identidades, conforme as legislações vigentes. Muitas vezes ela reforça padrões excludentes e estigmatizados frente aqueles que escapam da heteronormatividade (Bento, 2016). Ainda segundo a autora, o ambiente escolar pode ser tanto um local de reprodução de discriminações quanto de resistência e transformação.

No contexto das sexualidades dissidentes, Bento (2016) defende a necessidade de desfazer a lógica binária de gênero e sexualidade que impera nas práticas pedagógicas. A autora afirma que, ao silenciar ou reprimir o debate sobre diversidade sexual e de gênero, a escola é imprecisa em cumprir sua função de promover uma educação inclusiva e emancipadora. Desse modo, ela sugere uma educação que possibilite aos estudantes uma reflexão crítica sobre as normativas sociais que os regulam, assegurando o respeito às múltiplas formas de ser e existir. Consonante ao exposto, é indispensável à valorização da

autonomia do educando e o respeito à diversidade, rompendo com a passividade e a aceitação acrítica de valores, sejam eles morais, sociais e religiosos. Dito isso, a escola deve ser um espaço para diversidade e desenvolvimento humano, onde o diálogo e respeito às diferenças possam florescer (Freire, 1996; Kassir, 2016).

Considerações finais

O Brasil por meio da sua constituição de 1988 cita a inviolabilidade de crença, ou seja, de ser um Estado laico. No entanto, não existe um rigor na fiscalização, e mais, na execução das punições no que se refere em fazer valer a lei. Desta forma, *A laicidade* carrega consigo a consolidação de diversos princípios, direitos e garantias de enorme importância na construção do constitucionalismo no *Estado*. Por outro lado, podemos, também, afirmar que existe uma forte tendência a religiões serem levadas até a escola, através de discurso proselitista evangélico. Essa capilarização, feita muitas das vezes, pelos próprios alunos, proveniente do trabalho das igrejas nas comunidades se estende até o ambiente escolar, fundamentalmente, as instituições públicas. O proselitismo, em sua grande maioria, tem origem no fundamentalismo neopentecostal. *Brasil, diante do exposto*, não se caracteriza como um *Estado laico*, que cumpre com rigor o escrito em sua carta magna, pois possui, ainda, ligações com meio religioso, comprometendo assim os princípios do Laicismo.

A questão religiosa tem um forte vínculo com a historicidade cultural, portanto, quando as igrejas neopentecostais, em destaque, assim como, outros segmentos evangélicos, conseguem participar das comunidades populares interferindo nos seu cotidiano, por consequência, em seus hábitos, colocam seus ideários também na escola através dos alunos que nelas habitam. Contudo, atrelam seus preceitos, em forma de pecado e, por consequência, de repressão e domínio. O governo Bolsonaro manteve estreita relação com as igrejas evangélicas, permitindo ser exposto pela mídia, seu batismo realizado pelo pastor Everaldo no Rio Jordão, tal como, a remoção do quadro orixás da Artista plástica Djanira do palácio do planalto, deixando assim um vasto campo para a perseguição das religiões de matrizes africanas. Tal como, Mussolini, na Itália, no século passado, Bolsonaro, afinou laços com a religião, para ter o alicerce daqueles recebiam subsídios, para suprir a lacuna deixada pelas políticas públicas e converter isso em apoio eleitoral futuro.

Apesar de facultativo, o ensino religioso nas escolas foi validado pela LDB e posteriormente, BNCC, o que abre espaço para discurso proselitista, e mais uma vez podemos

afirmar que a liberdade de expressão fica, exponencialmente, comprometida como também a de orientação sexual e as questões étnicas raciais ficam aquém dos anseios do Estado democrático de direitos.

Bibliografia

BARROS, Z. O pensamento interseccional em debate: diderenças e desigualdades. In: Silva, Ana Lucia. Silva, Jerônimo. Rodrigues, Victor. Org. Intersccionalidades em pauta: gênero, raça, sexualidades e classe social ed. Salvador: Editora: Edufba, 2020. Cap 1 p 13 – 19.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BONINE, Eduardo. Institucionalização do racismo religioso: reflexões sobre o racismo religioso institucionalizado na gestão de Sérgio Camargo na Fundação Cultural Palmares. *Reflexão*, [S. l.], v. 47, 2022. DOI: 10.24220/2447-6803v47e2022a5634. Disponível em: <https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/reflexao/article/view/5634>. Acesso em: 20 nov. 2024.

BUTLER, J. Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2018.

BRASIL. *Constituição* (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 nov. 2024.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)*. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 20 out. 2024.

CAVALCANTE, Sávio Machado. 2021. A condução neofascista da pandemia de Covid-19 no Brasil: da purificação da vida à normalização da morte. *Calidoscópio*, São Leopoldo, **19**(1): 4-17.

CLAUDE, Richard Pierre. Direito à educação e educação para os direitos humanos. In: Revista Internacional de Direitos Humanos – SUR. São Paulo: CONECTAS, 2005. Número 2. Disponível em: <<http://www.surjournal.org/index2.php>>. Acessado em: 4 mai. 2008.

COSME, Márcia Gilda Moreira. A laicidade do estado e da escola pública. *Sinpro – DF*. 18 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.sinprodf.org.br/artigo-estado-laico-e-escola-laica-o-direito-a-inclusao/>>. Acesso em: 20 de out. de 2024.

CUNHA, Luiz Antônio, **O projeto reacionário de educação** Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2016

CURY, Carlos Roberto Jamil. Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, nº 27, p. 183-191, dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782004000300013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 out. 2024.

FISCHMANN, Roseli. **Escritos e vividos: educação, pluralidade e laicidade do estado.** . Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação, 2023. DOI: <https://doi.org/10.11606/9786587047461> Disponível em: www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1002. Acesso em 20 novembro. 2024.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, G. Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: LPP/Uerg, 2017. Disponível em: <http://www.redeuniversitas.com.br/2017/08/download-gratuito-do-livro-escola-sem.html>. Acesso em: 29 set. 2024.

GONÇALVES, W. DA S. O ensino religioso nas escolas públicas: debate sobre a inclusão das minorias e a representatividade de suas identidades. *Revista Educação Pública*, v. 19, n. 28, 5 nov. 2019.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos de cárcere**. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização

GOMES, Edilair Alcantara Barreto. Educação para Diversidade Religiosa no Contexto da Escola Pública. Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Assunção, Paraguai. 08 -16 out. 2020.

KASSAR, M. C. M. Escola como espaço para a diversidade e o desenvolvimento humano. *Educação & Sociedade*, v. 37, n. 137, p. 1223–1240, dez. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/3pZfQcXscKP5rN6T94Pjfrj/#>>. Acesso: 10 nov. 2024.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo Brasileiro de Reagan a Bolsonaro**. 1. ed. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MELO, T. G. R; SOBREIRA, M. V. S; Identidade de gênero e orientação sexual: perspectivas literárias. João Pessoa. 2018

MENDONÇA. A, SEPULVEDA. D, SEPULVEDA. J. A. **Laicidade na Educação:** políticas, conceitos e práticas. Londres, 2022. E-Book

PARAVIDINI, João Luiz Leitão; GONCALVES, Márcio Antônio. Neopentecostalismo: desamparo e condição masoquista. *Rev. Mal-Estar Subj.*, Fortaleza , v. 9, n. 4, p. 1173-1202, dez. 2009 . Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482009000400006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 20 nov. 2024.

PATTO, M. H. S. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia (4ª ed). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

PY, F.; SHIOTA, R.; POSSMOZER, M. EVANGÉLICOS E GOVERNO BOLSONARO: aliança nos tempos de COVID-19. **Confluências | Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 22, n. 2, p. 384-406, 1 ago. 2020.

SEPÚLVEDA, D; SEPÚLVEDA, J. A. A disciplina Ensino Religioso: história, legislação e práticas. *educação*. Santa Maria. v. 42 | n. 1 | p. 177-190 | jan./abr. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/22301/pdf>>. Acesso em: 20 out. 2024.

SOUZA, R, S; ABUMANSUR, E, S; LEITE JUNIOR, J. Percursos do Diabo e seus papéis nas igrejas neopentecostais. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, ano 25, n. 53, p. 385-410, jan./abr. 2019

SILVA, D. J. R. *O Racismo Religioso e os Impactos da Escola Sem Partido na Sala de Aula*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Pernambuco, Campus Mata Norte, Nazaré da Mata, 2022.

SILVA, Wagner Gonçalves da. **Concepções religiosas afro-brasileiras e neopentecostais: uma análise simbólica**. São Paulo: REVISTA USP, 2005

ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL, CIENTÍFICA E CULTURAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Orientação Técnica Internacional sobre Educação em Sexualidade: uma abordagem baseada em evidências para escolas, professores e educadores em saúde**. Vol. I - Razões em favor da educação em sexualidade. Biblioteca Digital da Unesco: Paris, 2010.

.